

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.451 - SP (2019/0303343-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : ANA PAULA DA SILVA
ADVOGADO : ANA PAULA DA SILVA - SP0401560
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FULVIO FERNANDES LEITE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **FULVIO FERNANDES LEITE**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi preso, em flagrante, pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006. A custódia foi posteriormente convertida em preventiva (e-STJ, fls. 95-110).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus*, perante o Tribunal de origem, cuja ordem foi denegada, nos termos da seguinte ementa:

"*HABEAS CORPUS* - TRÁFICO DE DROGAS - LIBERDADE PROVISÓRIA - FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NA CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA E AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A SEGREGAÇÃO CAUTELAR - INOCORRÊNCIA - REQUISITOS DA CUSTÓDIA CAUTELAR PRESENTES - DELITO EQUIPARADO A HEDIONDO - DECISÃO SUFICIENTEMENTE MOTIVADA - CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME E DEMAIS ELEMENTOS QUE INDICAM, POR ORA, A NECESSIDADE DA PRISÃO - ORDEM DENEGADA" (e-STJ, fl. 33).

Neste *writ*, sustenta a defesa, em síntese, que existe constrangimento ilegal na hipótese, pois o paciente é primário e possui bons antecedentes, residência fixa, é pai de família, exerceu a profissão de tratorista e não possui "a menor intenção de fugir" (e-STJ, fl. 11). Aduz que o decreto construtivo não indicou elementos concretos aptos a justificar a custódia preventiva.

Requer, assim, a concessão do pedido liminar, para que seja revogado o decreto de prisão preventiva, no intuito de que o paciente possa responder ao processo em liberdade.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, não é recomendável o deferimento de liminar que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 14/10/2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 13/1/2014).

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da 1ª Vara Judicial da Comarca de Conchas/SP, a serem prestadas por malote digital, preferencialmente.

Cumprida a diligência, colha-se parecer do Ministério Público Federal.

Após, retornem conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

